

AVALIAÇÃO EXTERNA: REFLEXÕES SOBRE O USO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Fernando Henrique Gonçalves LOURENÇO

Elson de Menezes PEREIRA

RESUMO: O artigo aborda a inserção das avaliações externas em meio às políticas de gestão educacional, analisando os aspectos históricos que impulsionaram, no final da década de 1980, a criação dos primeiros sistemas de avaliação em amplitude nacional. Buscando deslindar o emprego implícito e explícito dado aos resultados das avaliações por parte dos gestores públicos e sociedades. Também é abordado neste trabalho a crescente preocupação das unidades federativas em implantar seus próprios sistemas de avaliação, seguindo o padrão do Saeb, além de trazermos à baila das discussões o modelo de avaliação do estado do Pará denominado Sistema Paraense de Avaliação Educacional (Sispae) que surge com a proposta de diagnosticar a realidade da educação no estado, analisando também a realidade socioeconômica de cada escola.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação educacional, política educacional, Saeb, Sispae.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo analisar a inserção das avaliações externas em meio as políticas de gestão educacional, analisando os aspectos históricos que impulsionaram, no final da década de 1980, a criação dos primeiros sistemas de avaliação em amplitude nacional. Buscando deslindar o emprego implícito e explícito dado aos resultados das avaliações por parte dos gestores públicos e sociedades. Também trazermos à baila das discussões o modelo de avaliação do estado do Pará denominado Sistema Paraense de Avaliação Educacional (Sispae) que surge com a proposta de diagnosticar a realidade da educação no estado, analisando também a realidade socioeconômica de cada escola.

A primeira parte do trabalho volta-se para a discussão a respeito da concepção das avaliações em larga escala no Brasil, apresentado suas características, os atores envolvidos em meio a este processo e os desdobramentos incorporadas ao longo do desenvolvimento de tais instrumentos.

A seguir é discutido à implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), principal política de diagnose do governo brasileiro de suas redes de ensino, suas principais incorporações ao longo do tempo, analisando seus acertos e falhas nestes mais de vinte anos de sua implantação. Na terceira parte do trabalho o alvo da análise concentra-se na crescente implantação por parte das Unidades Federativas de seus próprios sistemas de avaliação, em especial do Estado Pará, que implantou o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE).

AVALIAÇÃO EXTERNA: DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Na concepção de Soares (2002) existem três funções gerais dos sistemas de avaliação, a primeira é a *métrica*, responsável pela mensuração a partir de parâmetros para verificar avanços ou retrocessos em dado item ou critério. A segunda, denominada *analítica* fornece os subsídios necessários para a gestão escolar compreender o funcionamento do próprio sistema avaliativo, finalmente a terceira, que exerce a função *pedagógica*, que permite converter os resultados do processo em vista da melhoria da qualidade do ensino, considerado a mais complexa destas.

Neste contexto a avaliação externa apresenta duas naturezas: a investigação da gestão escolar e o desempenho acadêmico discentes.

Também chamada de avaliação em larga escala, a avaliação externa é uma das principais ferramentas para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das intenções das unidades escolares. Sua base de análise assenta-se sobre o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho.

As avaliações em larga escala buscam assegurar a qualidade da educação, fortalecendo o direito a uma educação de qualidade a todos os alunos. Os resultados dos testes aplicados apontam para a realidade de ensino, oferecendo um panorama do desempenho educacional.

Os resultados da avaliação em larga escala fornecem subsídios para a tomada de decisões destinadas a melhorias no sistema de ensino e nas escolas. Eles também permitem acompanhar o desenvolvimento das redes e sistemas de ensino, ao longo das diferentes edições dos testes em larga escala, mediante a comparação dos resultados. Com os resultados das avaliações em larga escala é possível construir indicadores nacionais, como, por exemplo, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), bem como a distribuição do percentual de alunos em cada nível da escala de proficiência.

As avaliações em larga escala podem ser censitárias ou amostrais. As avaliações por amostragem abarcam uma parte dos alunos como ocorre nas provas da Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), quantos as censitárias são avaliadas todas as escolas e recebem a aplicação da prova todos os alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de escolas públicas, assim como ocorre na Prova Brasil.

Sendo amostrais ou censitárias ambas têm o escopo de diagnosticar as redes de ensino, indo além da sala de aula. Por isso, elas requerem metodologia e instrumentos específicos de análise que possibilitem a manutenção da comparabilidade e confiabilidade dos resultados. Para efetivar a comparabilidade, os testes são construídos de forma padronizada e seus resultados são alocados em uma escala de proficiência que varia de zero a 500 (MACHADO, 2012).

O processo de implantação das avaliações externas no Brasil é impulsionado pelo contexto internacional das décadas de 1960 e 1970:

[...] a aprovação do *Primary and Secondary Education Act*, em 1965, nos Estados Unidos e a publicação do Informe Coleman em 1968, que se conjugam com a criação da *Internacional Association for the Evaluation of Educational Achievement - IEA*, que se propõe a promover e realizar estudos internacionais de avaliação educacional, e ainda com a experiência de construção, nos anos de 1970, de indicadores internacionais de qualidade da educação pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. (COELHO, 2007, p. 4)

De acordo com Coelho (2007, p. 6) os primeiros debates no contexto internacional sobre a eficácia dos sistemas de ensino tem em seu bojo um aspecto voltado a reparação dos *déficit* de aprendizagem dos estudantes que seriam consequências das desigualdades econômicas, sociais e culturais advindos dos círculos familiares.

No Brasil os primeiros modelos de avaliações externas foram recepcionados com rejeição. São comuns argumentos de que a imensidão do país e a diversidade das escolas impediriam qualquer comparação qualitativa, além disso, entrava em jogo o desconhecimento que os avaliadores tinham das finalidades de cada instituição. Também era evidente uma desconfiança sobre a potencial de um criação “ranking” que no caso das escolas públicas não implicaria em aspecto de alavanque desta escolas sendo apenas combustível para o discurso precariedade do ensino público em comparação ao ensino privado (ALMEIDA, 2009).

Neste contexto são formatadas pelo governo federal políticas de avaliação externa, sob acompanhamento de organismos internacionais, como o Banco Mundial. São criados o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1990, do Exame Nacional de Cursos (ENC) em 1995 e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998.

Consustanciados pelos resultados das avaliações são elaborados quadros demonstrativos de índices de desempenho como é o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com informações coletadas a partir de dados obtidos de indicadores como o das taxas de aprovação, abandono e evasão escolar combinadas às médias de desempenho alcançadas no Saeb.

Num contexto integrado, de políticas públicas, as avaliações externas podem fornecer pistas importantes para que se reflita sobre o desenvolvimento do trabalho educativo no interior das escolas, especialmente quando esses resultados se referem a aspectos ou componentes que têm peso para o conjunto das atividades escolares, como é o caso da leitura e da resolução de problemas, que são as bases das matrizes de referência das avaliações.

Para tanto é necessário que os profissionais da escolas (direção, coordenação, professores entre outros) compreendam o significado das informações produzidas pelas avaliações de tal modo que possam efetivamente emprega-las para a elaboração e implementação de ações,

desmistificando/desconstruindo a ideia de que a avaliação externa é apenas um instrumento de controle, ou ainda, que sua função é comparar escolas.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

No contexto brasileiro, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) desenvolvido no decorrer da década de 1980, se configura como instrumento de avaliação externa. Para Franco e Bonamino (2001) o objetivo geral desta avaliação é administrar dados a respeito da qualidade, igualdade e eficiência da educação oferecida pelas instituições de ensino públicas e particulares do Brasil por intermédios de testes e questionários dirigidos aos alunos, e em menor escala a outros segmentos que integram o espaço escolar

O SAEB foi criado pelo MEC em 1988. A partir de 1995 incorporou metodologia, baseada na Teoria de Resposta ao Item, que permite a comparabilidade dos dados ao longo do tempo, em série histórica, realizando em âmbito nacional, à aplicação amostral de testes padronizados em *leitura e resolução de problemas* nas séries finais de cada ciclo do Ensino Fundamental (4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano) e 3º ano do Ensino Médio, de todas as unidades da Federação e redes de ensino público (municipal, estadual, federal) e particular, a cada dois anos.

A partir de 2005, a atenção aos resultados das escolas obtidos nas avaliações se intensificou. Saeb se reestruturação com à Portaria Ministerial nº 931 de 21 de março de 2005 que foi desmembrado em duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar (Anresc), esta última mais conhecida como Prova Brasil, aplicada de modo censitário em todas as escolas públicas.

Em sua primeira aplicação, o SAEB estruturou-se em três eixos de estudo, o rendimento do aluno, o perfil e a prática docente e o perfil dos diretores e formas de gestão escolar. O primeiro voltou-se para a verificação de competências e habilidades discentes obtidas no processo de ensino aprendizagem, o segundo pautado na eficácia das atividades pedagógicas e o terceiro ligado a administração escolar e a política desenvolvidas pela instituição de ensino.

Dentro das características das avaliações em larga escala, encontra-se as matrizes de referência que são documentos que contém o conjunto de habilidades de cada série e disciplina e que podem ser mensuradas através dos itens. Cabe ressaltar que as Matrizes de Referência não devem ser confundidas com as propostas curriculares das redes ou das escolas, pois não englobam todo o currículo escolar.

A inserção das matrizes de referência ao SAEB, “[...] iniciou-se com uma ampla consulta nacional sobre os conteúdos praticados nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio [...]” (SAEB 2001, p. 11). Em outras palavras, foi analisada a produção científica destas instituições,

onde conteúdos e proficiências passam a estar interligados, sendo denominados de competências cognitivas.

Estas por sua vez se constituem como “[...] As diferentes modalidades estruturais da inteligência que compreendem determinadas operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos físicos, conceitos, situações, fenômenos e pessoas” (SAEB 2001, p. 11). Logo, as competências cognitivas se configuram como processos especializados que interligam o conhecimento e a experiência do aluno.

A matriz de referência apresenta-se como um documento descritivo, que considera os documentos curriculares oficiais e, por meio de um conjunto delimitado de competências e habilidades associadas a objetos do conhecimento, define o que vai ser avaliado em uma avaliação em larga escala.

Os testes de Língua Portuguesa do Saeb, cujo foco é a leitura, têm por objetivo verificar se os alunos são capazes de apreender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. A alternativa por esse foco parte da proposição de que, “ser competente no uso da língua significa saber interagir, por meio de textos, em qualquer situação de comunicação” (SAEB, 2001).

Em matemática, as matrizes tem seu foco na resolução de problemas, esta opção apoia-se no entendimento que a resolução de problemas permite o desenvolvimento de competências e habilidades como a observação, o estabelecimento de relações, a argumentação, a capacidade de fazer estimativa e também o raciocínio lógico (SAEB, 2001).

Acerca das vértices apresentados pelo SAEB, há diversas constatações sobre a realidade educacional, sendo que o dado mais significativo para sobre “[...] a questão do fracasso escolar evidenciado por esse tipo de avaliação” (SANTOS 2002: 356). O debate desta problemática tem se tornado frequente nos encontros que discutem os rumos que a educação brasileira deve tomar.

As estatísticas associam fracasso escolar com tipos de família, com renda, com acesso a bens culturais. Da mesma maneira associam o ensino com o tamanho da classe, formação do docente, material disponível nas escolas e a educação passa a ser administrada com base nestes critérios (SANTOS 2002: 357)

O emprego das estatísticas em avaliações como o SAEB é comum, devido a necessidade de apresentar de forma prática os resultados obtidos. Contudo, o fragmento acima ressalta que as mesmas relacionam o fracasso escolar com uma série de fatores tanto de ordem social, a respeito da realidade do aluno, como de natureza educacional propriamente dita, pois estão associados com a dinâmica escolar. Em função disto, as políticas educacionais e as atividades pedagógicas passam a ser desenvolvidas de forma padronizada a partir desta orientação.

A estatística aliada ao processo avaliativo tem sido objeto de diversos estudos ao longo do tempo. Uma vez que a mesma procura interligar o nível de escolaridade com o desenvolvimento

social e econômico, assim o SAEB aponta o fracasso dos alunos, funcionando como um objeto de pesquisa, na medida em que são analisados os fatores que contribuem direta ou indiretamente para a ocorrência deste evento.

É neste ponto que se revela a verdadeira fragilidade deste instrumento de avaliação, pois “O SAEB revela pouco sobre o desempenho dos alunos” (SANTOS 2002, p. 359). Esta constatação reforça que os níveis de desempenho discente não são evidenciados com a mesma intensidade que o baixo rendimento dos mesmos, o que resulta num desequilíbrio que torna o problema do fracasso escolar de dimensões ainda maiores.

Outra característica encontrada dentro da literatura consultada aponta que “[...] os sistemas de avaliação brasileiros de avaliação [a exceção do Enem] nunca foram planejados para determinar a aprovação de alunos do ensino básico [...]” (2011, p. 22- 23). Ao contrário de países como os EUA, por exemplo, onde as avaliações externas contam com uma função certificatória, que é capaz de promover ou reter o discente pelo seu desempenho ou proficiência no processo avaliativo.

A criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que aos poucos assume as características de um exame certificatório de saída do ensino médio na medida em que se torna requisito e critério para o ingresso à universidade, alterou o panorama da avaliação federal, mais ainda não há sinal de interesse nem cobertura legal para a criação de avaliações certificatórias equivalentes por parte dos estados. (Brooke e Cunha, 2011, p. 23)

Os autores colocam que o referido exame vem alterando a sua configuração de avaliação externa individual para a condição de exame certificatório em nível federal, no entanto, está ainda é uma realidade distante da esfera estadual, uma vez que a transição entre as etapas da educação básica, ainda é tarefa do processo de ensino aprendizagem tradicional, diferentemente do acesso ao ensino técnico e superior, que exige uma qualificação mais consolidada daquele aluno no que tange o grau de conhecimentos e experiências que caracterizam a aprendizagem.

A avaliação educacional também tem como objetivo informar as instituições de ensino sobre a aprendizagem discente para estabelecer estratégias para o processo de formação de professores ao atentar para as dificuldades mais latentes daqueles, esta premissa pode ser aplicável ao SAEB, ao visar a melhor qualidade da educação básica oferecida em nosso país (BROOKE E CUNHA, 2011).

De modo geral, as secretarias acreditam que o problema principal reside nas inúmeras dificuldades dos professores para entender as matrizes de referências dos testes, associa-las aos conteúdos ministrados e trabalha-las em sala de aula. Observam-se tentativas de criar um diálogo que possa superar estas dificuldades.

Portanto, os órgãos responsáveis pela educação, e conseqüentemente por este processo avaliativo alegam que o maior entrave para o funcionamento e aproveitamento da avaliação externa

e a compreensão docente das referências utilizadas nestes testes, e a inserção destas nas atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula de maneira harmônica.

Neste aspecto, as instituições de ensino que possuem os indicadores mais graves nas avaliações externas necessitam que o corpo docente da mesma receba a devida capacitação a partir dos resultados alcançados pelos alunos, que metaforicamente funcionam como reflexos da atuação dos professores, desta forma, o aspecto pedagógico se mantém constantemente aprimorado nas práticas didáticas.

Outra meta desta avaliação é informar o público sobre o desempenho dos sistemas de ensino, estando subjacente a ideia de fomentar a responsabilização dos sistemas e seus atores:

A lógica do sistema federal de avaliação no Brasil e de dar ampla divulgação aos resultados dos testes com o intuito de apoiar as instancias subnacionais nas suas tarefas constitucionais e de envolver a população na discussão da qualidade da educação.” (Brooke & Cunha 2011, p. 36)

Conforme os autores, a avaliação educacional em nível federal ao apresentar os resultados obtidos nos seus exames permite que as instituições de ensino reflitam sobre sua atuação, de modo geral. E, sobretudo, a necessidade de envolver os segmentos da sociedade em sua totalidade no debate sobre o ensino aprendizagem ofertado na educação básica dentro das escolas brasileiras.

Cabe lembrar que a avaliação é apenas uma etapa e não uma atividade isolada, ou seja, a intenção de se avaliar as redes ensino abanca-se com a ideia de conhecer as feições das redes de ensino. Porém, os resultados que são aferidos, mesmo com a ampla divulgação dada aos mesmos, a análise das informações restringe-se a comparação de números ou a média que determinada escola conseguiu alcançar determinadas metas.

Contextualizar os resultados das avaliações para ampliar a compreensão faz-se necessário, pois a leitura dos estes proporcionam esclarecimentos valiosos sobre a aprendizagem dos alunos, o que vai além de conhecer as médias de desempenho e compará-las com as de outras escolas e sistemas.

SISTEMA PARAENSE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Com a consolidação do Saeb na metade da década de 1990 é estimulado a concepção de propostas de avaliação no âmbito de governos estaduais, iniciativas que passam a ter centralidade nas políticas educacionais.

Nesse período, agências internacionais passam a estimular e influenciar de modo mais direto o delineamento das propostas de avaliação de sistemas, demonstrando claro interesse sobre a eficácia dos investimentos externos na educação (SOUZA & OLIVEIRA, 2010), o SAEB passa a ser financiado diretamente, por exemplo, pelo Banco Mundial.

A criação de sistemas estaduais de avaliação são comuns no Brasil, pois funcionam como um complemento dos sistemas de avaliação nacionais e em muitos casos as governanças estaduais são motivadas pelo governo federal, conforme atesta (Souza & Oliveira, p. 19).

Há que registrar, também, que a construção dos sistemas estaduais de avaliação deveu-se em grande parte à indução do governo federal e à sua iniciativa de criar o Saeb, de caráter amostral. Em muitos casos, ainda, financiamentos do Banco Mundial previam em suas cláusulas o desenvolvimento de sistemas de avaliação por parte dos estados. Nessa perspectiva, tecnicamente, vários dos sistemas estaduais foram concebidos em complementariedade ao Saeb, o que significa que suas características (matriz curricular, metodologia de análise, banco de itens etc.) seriam originalmente compatíveis ou assim foram se constituindo no decorrer do tempo.

O Estado do Pará, assim como em outras unidades federativas, implantou o *Pacto pela educação*, fortemente influenciado por diversos níveis de governo e organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que investira cerca de US\$ 200 milhões na área da educação, todas estas ações têm a finalidade de elevar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Pará até 2017.

Dentro da perspectiva do *Pacto pela educação* no estado do Pará, encontra-se o diagnóstico da rede, no qual entra em cena o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE), que avaliou estudantes do 4º ano e da 7ª série do Fundamental, e dos três anos do Ensino Médio, conforme relatado em entrevista com Sr.^a. Deuzirene de Oliveira Paes especialista em educação da 13ª Unidade Regional de Educação (URE).

Neste contexto o SISPAE foi concebido como uma avaliação externa, sendo gerenciado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), ligado à Universidade Federal de Juiz de Fora.

O exame aplicado entre os 17 à 19 de dezembro de 2013, foi estendido também a professores, diretores que serviram como base para as tabulações, a ideia é que o SISPAE seja aplicado anualmente e que seus resultados possam gerar indicadores sobre o ensino, gestão e a realidade socioeconômica de cada escola e de toda a rede de ensino.

Na área do ensino, o Sispae avalia o aprendizado em Língua Portuguesa e Matemática, estabelecendo, neste primeiro ano de aplicação, uma linha de comparação com a Prova Brasil, exame que compõe a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Com relação a divulgação dos resultados a previsão deve se dar no mês de abril de 2014, a Secretária de Educação do Estado propõe que resultados sejam entendidos de forma a identificar a distribuição percentual dos alunos nas escalas de proficiência e verificar se atingiram o que era esperado, observar a porcentagem daqueles que não atingiram o esperado e refletir sobre o que poderia ter acontecido com aquela geração de alunos que fizeram a prova ao longo do ciclo avaliado, conforme relata à entrevistada.

Os resultados serão repassados à escola, por meio de boletim e relatórios pedagógicos, às Secretarias Municipais de Educação serão disponibilizados um panorama do desempenho de suas redes de ensino.

Após a publicação dos resultados dos exames do SISPAE, caberá a Secretária de Educação do Estado e sua equipe de apoio à análise das tabulações. Às Unidades Regionais de Educação (UREs) e Secretarias Municipais de Educação caberá a elaboração e implemento de ações, neste sentido a Secretária de Educação do Estado irá propor sugestões de intervenção, ficando à cargo das gerencias educacionais das mesorregiões (UREs) e secretarias municipais a formatação do documento final de intervenção pedagógica sempre adequando-se à realidade de cada município.

Entre as primeiras ações da regional do Marajó, com sede no município de Breves, haverá a capacitação dos coordenadores pedagógicos das escolas, a fim de pautar seus trabalhos com base nos dados do SISPAE, com essas ações espera-se que os resultados da avaliação darão início a um novo modelo de gestão educacional no estado do Pará, tendo a missão ambiciosa de torna-se modelo de gestão nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar as bases em que foram concebidas as políticas de avaliações externas fomentadas pelo Estado Brasileiro, criadas com o propositar realizar um diagnóstico dos sistemas educacionais brasileiros a partir do desempenho dos estudantes em testes padronizados.

Em que pese sua relevância enquanto instrumento de acompanhamento e tomada de decisões as políticas de avaliação externa, fomentadas pela União e Unidade Federativas, ainda carecem dar respostas a alguns desafios.

A produção de informação é uma fase do processo avaliativo, mas essa só se realiza quando, a partir de informações, ocorrerem julgamento, decisão e ação. Os sistemas de avaliação, na medida em que não são compreendidos e integrados as dimensões de planejamento escolar e prática docente, tendem a se configurar como dados estatísticos vazios.

No nível das Unidades Federativas os custos de sua implementação são muito altos para que sirva apenas à reiteração de resultados já evidenciados por avaliações nacionais.

Essas constatações já se fazem presentes para os gestores dos sistemas de ensino estaduais e têm impulsionado alguns a buscar novos delineamentos e sistemáticas de condução da avaliação dos sistemas educacionais.

Entre as ações dos sistemas estaduais está a de relacionar seus resultados com os do SAEB. No caso paraense, a exemplo de políticas já desenvolvidas nos estados de São Paulo e Minas

Gerais, estes resultados deverão desencadear investimentos de ordem prevalentemente técnica e secundariamente financeira às escolas que apresentam desempenho aquém do acordado e/ou demandado pelos sistemas estadual e municipal de ensino. Enquanto assistência técnica poderão ser implementadas ações como programas de formação continuada para diretores, coordenadores e professores, no plano financeiro podem ocorrer o fomento a projetos de intervenção pedagógica e políticas de bonificação a escolas e/ou corpo de profissionais de unidades que consigam elevar significativamente seus resultados, nas avaliações externas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando José de. **Avaliação externa vilã ou salvadora**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestão-escolar/diretor/avaliacao-externa-vila-salvadora-diretor-responsabilidade-511320.shtml>> Acesso em: 31/01/2014.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália A. **Avaliação Externa como política de gestão educacional nos estados**, 2011. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/pdf/livro2-01-avaliacao.pdf>>. Acesso em: 11/12/2013.

BONAMINO, A.; FRANCO, C. **Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, p. 101-132, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a05n108.pdf>>. Acesso em: 20/01/2014.

COELHO, Maria Inês de Matos. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: Aprendizagens e desafios**, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59/a05.pdf>. Acesso em: 30/12/2013.

MACHADO, Cristiane. **Avaliação Externa e Gestão Escolar: Reflexões sobre o uso dos resultados**. 2012. Disponível em: <http://www.cidadesp.edu.br/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf>. Acesso em: 18/12/2013.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **SAEB 2001: novas perspectivas** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília: O Instituto, 2001. 106 p. : il.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. Santos. **Políticas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB)**. *Revista Educação. & Sociedade*, vol. 23, n. 80 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12936.pdf>>. Acesso: 11/12/2013.

SOUZA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências**, v.40, n.141, p.793-822, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a07.pdf>>. Acesso: 27/01/2014.

SOARES, Sergei. **Avaliação educacional como instrumento pedagógico**. *Trabalho e Sociedade*, ano 2, n. 4, p. 23-25, agosto, 2002.